

**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**CCJR**



**PARECER**

**Matéria: Projeto de Lei n. 342/2020**

**DECLARA como Patrimônio Cultural  
 Imaterial do Estado do Amazonas, O CORAL  
 DE MUSICA DA SEFAZ.**

**Autoria: Deputado (a) SAULLO VIANNA**

**Relator: Deputado BELARMINO LINS**

**I – RELATÓRIO**

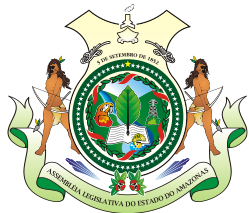
Vem a esta Comissão para exame e parecer de admissibilidade, o Projeto de Lei n. 342/2020, de autoria do Deputado Saullo Vianna, que tem por finalidade declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas, O CORAL DE MUSICA DA SEFAZ.

Esta proposição tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Designado Relator, nos termos regimentais, passo a emitir Parecer.

É o Relatório.





**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**CCJR**



## II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei do nobre Deputado Saullo Vianna tem por finalidade declarar como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Amazonas, O CORAL DE MUSICA DA SEFAZ.

O autor explica em sua justificativa que o Coral da SEFAZ, fundado em 17.10.2006, quando então era Secretário da SEFAZ o Dr, Isper Abraham, que abraçou a causa e custeou as primeiras despesas com Maestro e Pianista, tem uma trajetória de sucesso, muitas vezes mantido por doações de voluntários. Integra servidores da SEFAZ, IPAAM, Secretaria do Meio Ambiente e outras instituições, tem se apresentado nos palcos da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, PALACIO DO GOVERNO, CÂMARA MUNICIPAL, TRIBUNAL DE CONTAS, TRIBUNAL DE JUSTIÇA, igrejas, e hospitais, entre outros.

A Secretaria de Cultura do Estado-SEC inseriu nosso Coral em sua programação, inclusive no espetáculo O Glorioso, ao apresentar diversas cantatas de Natal, realizadas no Teatro Amazonas. Apresentou-se também em festivais de Coral fora do Amazonas, como em Minas Gerais, Bahia e Paraíba. Participa da realização do FESTIVAL AMAZONAS DE CORAIS", reunindo grupos de canto coral, de escolas, universidades, igrejas e outras instituições, que se apresentaram, simultaneamente, no Teatro Amazonas, igrejas, Shopping e vários espaços culturais da cidade.

Pelo prisma da constitucionalidade, não há quaisquer obstáculos a serem invocados. Isso porque preveem os artigos. 23, inciso III, e 24, inciso VII, ambos da Constituição da República, respectivamente:

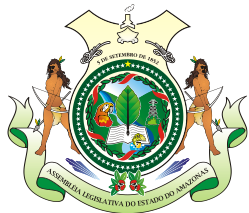
***Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:***

***(...)***

***III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;***

***(...)***





**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**CCJR**



**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:**

**VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;**

Assim sendo, a propositura se encontra em harmonia com a Constituição Federal e Constituição Estadual para o seu regular prosseguimento na forma regimental.

### **III – VOTO**

Pelo exposto, e não existindo óbice constitucional e legal, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei n. 342/2020.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de setembro de 2020.

**Deputado BELARMINO LINS**  
**Relator**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

JOANA DAR'C DOS SANTOS CORDEIRO - 001.036.492-71 EM 08/10/2020 16:31:42  
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - 587.158.352-00 EM 07/10/2020 13:12:08  
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - 005.216.632-53 EM 16/09/2020 09:24:48

